

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Antes da reforma da Previdência, Vale e Petrobrás são preferidas	2
Título: Compra de aço sobe, mas futuro é nebuloso	3
Título: Reforma e os juros	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Fruto proibido.....	6
Título: Moraes suspende processo bilionário contra a Petrobras	7
VEÍCULO: O Globo.....	8
Título: Adiamento do leilão do pré-sal traz ameaça fiscal	8
Título: Etapas do choque da energia barata	10
Título: Bolsa brasileira renova recorde, a 102 mil pontos	12

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 22/06/2019****Seção: Colunas****Autor: Beth Moreira****Título: Antes da reforma da Previdência, Vale e Petrobrás são preferidas****Broadcast - de olho nas ações**

Empresas maduras, com boa governança corporativa e ainda boas pagadoras de dividendos estão entre as preferências na Bolsa, enquanto o mercado aguarda a aprovação da reforma da Previdência. Vale, Petrobrás e bancos estão entre as preferidas em detrimento de companhias voltadas para o mercado interno.

Para o economista-chefe do banco digital Modalmais, Alvaro Bandeira, enquanto a reforma da Previdência fica sem definição, o melhor é se posicionar em empresas maduras, com boa governança corporativa e, se possível, com histórico de bons dividendos. O profissional lembra que com o nível da taxa de juros atualmente praticado, algumas ações possuem yield (retorno do dividendo) bem atrativo. Também são boas opções companhias voltadas para exportações e pouco endividadas.

Bandeira acrescenta que, com o avanço da reforma da Previdência travado, sofrem as varejistas (por causa do desemprego) e as empresas que necessitam de crédito, as endividadas e as voltadas para mercado interno, afetadas pela economia em desaceleração.

O analista de investimentos Pedro Galdi, da Mirae Asset Wealth Management, destaca a Vale, que apesar de prejudicada pelo acidente de Brumadinho, terá impacto positivo com os maiores preços praticados para o minério de ferro. Petrobrás, acrescenta, deve seguir de forma agressiva com desinvestimentos, após aprovada a venda de subsidiárias, inclusive a BR Distribuidora.

Galdi lembra ainda que a questão da sanidade dos suínos chineses deve continuar oferecendo boas oportunidades para o setor de proteínas. "Marfrig pode ser beneficiada por maior demanda de carne bovina", afirma.

A tramitação da reforma da Previdência, para Ricardo Peretti, estrategista de pessoa física da Santander Corretora, segue seu ritmo adequado, o que não altera as preferências em bolsa por ora. "Mantemos uma visão favorável ao setor elétrico brasileiro (Energisa como a favorita), ao setor bancário (Bradesco como o preferido entre os bancos privados), ao segmento de transportes (Rumo e Localiza), bem como às empresas estatais, como o Banco do Brasil", diz.

Paralelamente às questões da Previdência, Peretti vê as ações da Vale como atrativas no nível de preço atual, o que não deixa de ser uma oportunidade também. "Por outro lado, companhias com momento operacional em deterioração, como Cielo, sem catalisadores de curto prazo, como Embraer, ou dependentes de decisões legislativas, como as operadoras de saneamento Sabesp e Copasa, devem seguir "travadas" por mais tempo", avalia.

Para a semana, a Guide incluiu CVC Brasil ON, destacando a posição dominante da empresa no segmento de lazer. "A CVC tem apresentado boa performance operacional e esperamos continuidade do crescimento ao longo do segundo semestre", explica a corretora.

A Mirae fez três trocas no portfólio com a entrada de Metalúrgica Gerdau PN, Usiminas PNA e BR Distribuidora. A MyCap acrescentou JBS ON, Itaú Unibanco PN, Na-tura ON e Gerdau PN.

A Terra Investimentos fez uma alteração e incluiu Gerdau Metalúrgica PN. O banco Modalmais mudou todo o portfólio que conta agora com Localiza ON, IRB Brasil Re, Itaú Unibanco PN, Engie ON e Ambev ON.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/06/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Compra de aço sobe, mas futuro é nebuloso

Graças sobretudo ao crescimento da produção de veículos, a compra de aço em maio registrou alta de 8,7% em relação a abril, segundo os últimos dados divulgados pelo Instituto Nacional de Distribuidores de Aço (Inda). Apesar disso, há preocupação no setor com a desaceleração cada vez mais sensível das vendas para o mercado argentino de veículos e outros bens manufaturados que utilizam aço, de tal modo que o presidente do Inda, Carlos Loureiro, chega a estimar uma redução de 15% na venda e compra de sua rede associada em junho em comparação com maio.

Quanto aos aços planos, as vendas aumentaram 1,2% em maio em confronto com o mês anterior, alcançando 269,1 mil toneladas. A alta em maio foi ainda mais expressiva (9,6%), se confrontado o período de janeiro a maio deste ano com os mesmos meses de 2018, quando o movimento foi gravemente prejudicado pela greve dos caminhoneiros. Chama a atenção o alto volume de importações, que em maio apresentou um crescimento de 39,3% em relação a abril, atingindo um total de 126,8 mil toneladas. Na comparação anual, a alta foi de 14,7%. Esses dados vêm confirmar análises que indicam que a indústria

siderúrgica instalada no País tem enfrentado grandes dificuldades para manter-se a competitiva, tanto no mercado nacional como internacional, em face dos custos maiores com minério de ferro, cuja oferta foi afetada após o desastre da mina de Brumadinho, e também pelo preços do carvão, que não devem baixar em futuro próximo.

Até determinado ponto, as siderúrgicas refrearam aumentos de preços diante de uma demanda muito fraca, mas essa política não poderia ser mantida a mais longo prazo. Prova disso, segundo Carlos Loureiro, "é que as indústrias já se preparam para decretar uma alta a partir de 1.º de julho". O reajuste previsto deve ficar na faixa de 4% a 10%. Os estoques de minério de ferro vêm caindo nas siderúrgicas, justamente para conter custos e evitar remarcação de preço, mas essa situação deve durar pouco. O Imda informa que a baixa dos estoques é proporcionalmente muito maior nos portos chineses. Embora a China tenha outras opções de abastecimento, o que se espera é que recorra mais ao minério brasileiro, o que significará uma nova puxada nos preços. Isso vem agravar o ambiente de incerteza no setor.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/06/2019

Seção: Colunas

Autor: Adriana Fernandes

Título: Reforma e os juros

Com uma agenda de medidas para acelerar a retomada da economia à espera da votação da reforma da Previdência, a equipe econômica está na mão da Câmara dos Deputados para fechar um acordo de votação da proposta antes do recesso parlamentar. O acordo parecia mais distante depois que o ministro da Economia, Paulo Guedes, bateu de frente com os líderes ao atacar a nova versão do texto, preparada e negociada pelo relator Samuel Moreira. Em uma semana, porém, os ânimos nos bastidores se acalmaram. Sob a liderança do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, o acordo para garantir a votação da proposta no plenário da Casa avançou.

Nas entrelinhas dessa articulação, a ideia é seguir com o carimbo de protagonismo da Câmara na aprovação da reforma e, mais ainda, no empurrão que falta para a queda dos juros. O receio de deixar esse tema tão caro para o crescimento em aberto e sujeito à crise global – e, eventualmente, escândalos locais – pode fazer os parlamentares acelerarem o passo. Ninguém quer ser responsabilizado, mais tarde, pela piora da economia. Tudo bem calculado. É que a redução dos juros pelo Banco Central está intrinsecamente vinculada à reforma da Previdência. O recesso começa no dia 18 de julho. Se a reforma for

aprovada antes, o BC poderá cortar a Selic na reunião de 30 de julho do Comitê de Política Monetária.

Economistas ouvidos pelo Estadão/ Broadcast acreditam que o Copom possa cortar a Selic já em julho. Mas se a votação ficar apenas para agosto, depois do recesso, o comitê deixaria para iniciar o ciclo de afrouxamento monetário para setembro, retardando a retomada. O BC deixou claro no comunicado da decisão do Copom desta semana, que manteve a taxa Selic em 6,5% ao ano, que precisa de um "avanço concreto" na reforma da Previdência. Até esse momento, essa expressão tem sido interpretada pelos investidores como uma referência à votação no plenário, e não na Comissão Especial.

Por isso, a correria para fechar o acordo de votação — ontem, as indicações eram positivas nessa direção. De olho no acordo para a votação, Guedes parou de reclamar do parecer. De fato, ele é robusto ao garantir uma economia de despesas maior do que se esperava. Agora, o ministro se movimenta para mostrar que traçou um plano de ação para o crescimento nos primeiros seis meses de governo — e que não se restringiu a fazer apenas um diagnóstico dos entraves econômicos do País. A crítica de que o ministro não tem projeto para o País ganhou força depois que ficou claro que 2019 será praticamente um ano perdido para o crescimento, mesmo com a aprovação da reforma — já na conta dos investidores e empresários.

Para desfazer a percepção de inação, o ministro tem divulgado "aqui e acolá" medidas que já estariam prontas. Nada, porém, saiu da gaveta para não atrapalhar a votação da reforma na Comissão Especial. Em encontro recente com empresários, o ministro chegou a dizer que pretende deflagrar novas medidas de estímulos em seguida. "Não podemos declarar antes porque, se você começa a fazer isso sem ter feito reformas, é voo de galinha, tentativas estéreis." Mensagens de economistas do ministério têm circulado nas redes sociais com informações sobre os principais planos do governo, como o fim de dois monopólios estatais: refino de petróleo e gás natural.

A lista da equipe econômica inclui medidas de desburocratização, abertura do mercado financeiro, mudanças na Caixa e Petrobrás e o leilão do pré-sal, que "dormia" há quatro anos e pode trazer bilhões para União, Estados e municípios. Previsto para os próximos dias, o lançamento do programa Novo Mercado de Gás é uma das principais apostas para reindustrializar o País. A ideia é chegar a uma redução de até 50% do preço do gás com medidas que promovam concorrência e transparência dos custos. O desafio será justamente materializar esses benefícios no curto prazo. Os volumes de gás natural oriundos do pré-sal só devem aumentar em 2023. Já a regulamentação das principais medidas depende da adesão dos Estados, que será voluntária e, obviamente, enfrentará resistências e levará anos.

JORNALISTA

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 22/06/2019****Seção: Colunas****Autor: Demétrio Magnoli****Título: Fruto proibido**

Se os generais podem, por que tenentes, sargentos e soldados não poderiam?

Sociólogo, autor de "Uma Gota de Sangue: História do Pensamento Racial". É doutor em geografia humana pela USP

"Não fazemos política." Ash Carter, secretário da Defesa sob Barack Obama, sintetizou desse modo sua crítica a um pequeno, mas significativo, incidente recente. O sujeito oculto da frase são as Forças Armadas dos EUA. A lição precisa ser ouvida pela cúpula militar brasileira, que parecia tê-la aprendido 35 anos atrás.

O incidente foi objeto de indagação numa entrevista de Carter à The Atlantic (14/6). Durante a visita de Donald Trump ao Japão, no final de maio, uma ordem transmitida por algum funcionário da Casa Branca a alguém na Marinha determinou que se ocultasse o nome do destróier USS McCain, fundeado numa base naval americana. Motivo: o navio foi batizado em homenagem ao falecido senador republicano John McCain (e também a seu pai e a seu avô, todos oficiais da Marinha), antigo inimigo político do presidente. A ordem foi cumprida, manchando uma valiosa tradição democrática.

A "violação da natureza a política das Forças Armadas" na qualificação de Carter, parece pouca coisa. Não é: a estabilidade do sistema democrático da maior potência militar do planeta depende da subordinação absoluta dos militares ao poder civil. Nos EUA, generais fazem política (e um deles, Eisenhower, presidiu o país entre 1953 e 1961), mas só depois de passarem à reserva.

No episódio do USS McCain, a subversão da tradição emergiu como perigoso precedente. E se, amanhã, o presidente for recebido numa base militar por soldados com os bonés MAGA ("Make America Great Again") das campanhas de Trump?

Os que não têm armas cuidam da política; os que têm armas ficam proibidos de fazer política. Bolsonaro liga menos ainda para a regra de ouro que Trump. Até agora, nossa cúpula militar parecia engajada em conservá-la — mas isso já não é tão certo.

Mourão, Augusto Heleno e Santos Cruz, a troika militar original, foi constituída por generais da reserva. A separação era mais formal que efetiva, pois o ex-comandante do Exército Eduardo Villas Bôas opera como ponte entre a troika e o atual comandante, Edson Pujol. Os três traçaram um prudente círculo de ferro discursivo, distinguindo-se da radicalização ideológica bolsonarista. O metal, porém, começa a sofrer visível corrosão.

As manifestações intempestivas de Heleno, na esteira da revelação dos métodos heterodoxos da Lava Jato, não podem ser tratadas como as declarações de um qualquer Onyx Lorenzoni ("Moro ajudou a salvar o Brasil do PT"). O general que identifica Moro à pátria e clama pela condenação de Lula à prisão perpétua ainda mantém, no armário, a sua farda estrelada.

Há mais. No lugar do general da reserva Santos Cruz, uma voz da moderação, o núcleo militar governista ganha a presença do general Luiz Eduardo Ramos. O novo ministro da Secretaria de Governo também exhibe perfil moderado, mas é da ativa — e seu cargo tem peso estratégico muito maior que os do **almirante Bento Albuquerque (ministro de Minas e energia)** e do general Rêgo Barros (porta-voz da Presidência), os outros militares da ativa no primeiro escalão. O risco é a contaminação dos quartéis: se os generais podem, porque tenentes, sargentos e soldados não poderiam? Perto disso, o episódio do USS McCain não passa de folguedo infantil.

A história conta. Os EUA nasceram sob o signo do poder civil, que não foi abalado nem mesmo pela Guerra de Secessão. No Brasil, o Império civilista deu lugar a uma República parida pelas baionetas, no rastro da Guerra do Paraguai.

A pulsão da intervenção castrense ritmou a política nacional, do 15 de novembro de 1889 ao 31 de março de 1964, passando pelo suicídio de Vargas, no 24 de agosto de 1954. Um fruto positivo da ditadura militar, que desgastou a imagem das Forças Armadas, foi a apreensão do valor do princípio explicitado pelo americano Carter: "Não fazemos política". Contudo, sob Bolsonaro, nossa cúpula militar flerta com a tentação de experimentar, uma vez mais, o fruto proibido.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/06/2019

Seção: Mercado

Autor: BRASÍLIA | REUTERS

Título: Moraes suspende processo bilionário contra a Petrobras

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou a suspensão do andamento de processo que tramita perante o TST

(Tribunal Superior do Trabalho) que trata do pagamento de uma verba salarial a funcionários da Petrobras, atendendo a recurso apresentado pela defesa da companhia petrolífera em decisão publicada no Diário de Justiça nesta sexta-feira (21).

A decisão é mais um desdobramento do caso em que o TST, em junho de 2018, deu ganho de causa aos funcionários em uma discussão trabalhista que poderia ter um impacto de R\$ 17 bilhões para a companhia.

O pano de fundo é se a Petrobras tem ou não de fazer um complemento financeiro aos funcionários da estatal em uma rubrica salarial que ela já pagava. A empresa discorda.

Posteriormente à decisão do TST, o presidente do STF, Dias Toffoli, e Moraes deram liminares para suspender os efeitos da condenação anterior e barrar a execução dessa causa.

Em 2018, a estatal estimou que o caso afeta 51 mil empregados da Petrobras, em 47 ações coletivas e mais de 7.000 ações individuais.

A alegação dos dois ministros do STF é que, por ter matéria constitucional envolvida, apalavra final tem de ser da Suprema Corte.

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/06/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: Adiamento do leilão do pré-sal traz ameaça fiscal

Recursos da operação, prevista para ocorrer em novembro, podem não entrar nos cofres públicos antes do fim do ano. Governo contava com arrecadação de R\$ 106 bi para cumprir a meta de déficit de 2019, de R\$ 139 bi

BRASÍLIA- O adiamento de um mega-leilão de petróleo do pré-sal — que passou de 28 de outubro para 6 de novembro — pode colocar em risco as contas públicas em 2019. Isso porque o governo precisa das receitas que serão arrecadadas com essa operação para cumprir a meta fiscal. A Agência Nacional do Petróleo (ANP), no entanto, adiou a concorrência. Embora sejam apenas alguns dias, a troca de data pode ser suficiente para que os recursos não ingressem nos cofres públicos ainda este ano.

A equipe econômica estima em R\$ 106 bilhões a arrecadação com o leilão. Uma parte do dinheiro será repassada à Petrobras, e outra, dividida com estados e municípios. A estatal vai receber R\$ 33.6 bilhões. Já os governos regionais

ficariam com R\$ 21,7 bilhões, segundo proposta aprovada na Câmara e em análise pelo Senado. Restarão cerca de R\$ 50 bilhões para o governo federal.

Técnicos do Ministério da Economia já avaliam que há grandes chances de o resultado final das contas públicas deste ano ser pior do que o do ano passado. Nos últimos 12 meses fechados em abril, o rombo do governo somou R\$ 121,8 bilhões, o equivalente a 1,71% do Produto Interno Bruto (PIB). Em todo o ano passado, o número ficou negativo em R\$ 120,3 bilhões. Considerando a meta fixada em lei para 2019, o rombo pode chegar a R\$ 139 bilhões.

OPÇÃO SERIA CORTAR GASTOS

A fraca recuperação econômica tem contribuído para piorar o desempenho das contas, pois bate em cheio na arrecadação tributária. As receitas líquidas, por exemplo, apresentaram queda real de 0,4% até abril, segundo dados da Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado.

O Orçamento de 2019 foi elaborado considerando um crescimento econômico de 2,5%. Em março deste ano, no entanto, o governo baixou a estimativa para 2,2%. Em maio, para 1,6%. E especialistas continuam reduzindo as previsões. A projeção do mercado, publicada pelo Banco Central no boletim Focus, já é de 0,93%.

A IFI também destaca a queda na projeção de crescimento da massa salarial, que reduziu as estimativas com receitas previdenciárias, e o recuo do preço do barril de petróleo, que diminuiu a projeção de receitas com royalties. Ambos também são fatores que pesam nas contas do governo.

Nesse cenário, o governo tem optado por cortar gastos. Como a maior parte deles é obrigatória, as despesas discricionárias (que podem ser bloqueadas) devem chegar ao fim do ano no menor patamar da série história do Tesouro: R\$ 97,6 bilhões.

É por isso que o governo tem buscado novas formas de aumentar a arrecadação. Uma das possibilidades em análise é transferir para o Tesouro recursos parados nas contas do PIS/Pasep. O governo quer liberar o saque para todas as pessoas que têm cotas nesses fundos. O que não for sacado poderia ser transferido para os cofres públicos.

— Pelas projeções da Instituição Fiscal Independente, no cenário base, o governo só voltará a gerar superávit em 2026. O quadro é gravíssimo — resume o diretor executivo da IFI, Felipe Salto.

A professora da UFRJ Margarida Gutierrez afirma que o governo terá que contingenciar ainda mais recursos no Orçamento. Esse corte já está em R\$ 32 bilhões.

— Na próxima reavaliação (de receitas e despesas), o governo terá de contingenciar mais, a menos que surjam receitas extras. O problema é o baixo ritmo de crescimento da economia. Se o Brasil crescer 0,7% este ano, já está muito bom — diz Gutierrez.

A professora lembra que mesmo a aprovação da reforma da Previdência deve ter impacto limitado sobre as contas públicas neste ano. O texto do relator Samuel Moreira (PSDB-SP) prevê uma economia de R\$ 913 bilhões em dez anos a partir de 2020.

— A reforma é uma medida com efeito a médio e longo prazos. O déficit primário, que é o nosso principal problema, não refresca muito agora — reforça Salto.

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/06/2019

Seção: Colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: Etapas do choque da energia barata

O ministro Paulo Guedes tem prometido em vários discursos dar um choque de energia barata no país, sem explicar como será possível isso. O que se diz dentro do governo é que muitas medidas serão anunciadas em no máximo 30 dias para transformar essa promessa em realidade. Há uma articulação que liga órgãos do governo, empresas privadas, e instâncias da federação para que possa haver mais competição no setor de gás. O objetivo é, em um ano e meio a dois, reduzir o preço do gás natural de US\$ 12,5 por milhão de BTU para algo como US\$ 7 ou menos.

As conversas estão ocorrendo entre o **Ministério das Minas e Energia**, ANP, Petrobras, Ministério da Economia, TCU e Cade. O primeiro movimento deve ser o Cade decidir sobre um processo anti-concorrencial da Petrobras, e notificar a estatal de que deve vender ativos e permitir maior competição no setor. A venda da TAG já faz parte desse plano. O problema é que mesmo vendendo a rede de gasoduto ela tem, por contrato, direito de preferência no transporte do gás.

O Ministério das Minas e Energia e a Petrobras anunciarão que a empresa vai parar de queimar o gás em alto mar, e trabalhar para que ele seja canalizado para o continente. A Vale, por sua vez, estaria interessada em fazer um contrato

de compra de longo prazo — talvez 20 anos — desse gás, desde que seja a um preço mais baixo. A possibilidade de construção da ligação por gasoduto entre as plataformas e o continente será aberta à iniciativa privada, e empresas consultadas já estão se mostrando interessadas.

O chamado choque de energia barata não terá efeito imediato, nem será baixado por decreto, como já foi feito no passado. Na verdade é uma articulação e uma série de medidas que vão levar a mais competição no setor.

— Há um duplo monopólio. O de extração da Petrobras, que acabou na lei, mas não na prática. E o de distribuição, com a propriedade das distribuidoras nas mãos dos estados.

Desta forma o Brasil construiu o absurdo de ter gás natural a esse preço, enquanto na Europa e no Japão, que não têm suprimento, o gás custa US\$ 7 o BTU — explica uma fonte que faz parte da negociação do plano.

A Petrobras, de fato, tem queimado o gás natural que faz falta no fornecimento de energia do país. Isso é irracional do ponto de vista econômico e prejudicial do ponto de vista ambiental. Seria muito mais lógico trazer e abastecer o país. O que sempre se disse na empresa é que o custo é alto demais. O que o governo diz neste momento é que se a construção dessa ligação for aberta à iniciativa privada haverá interessados. Principalmente se houver um comprador garantido. E a Vale teria se mostrado interessada.

— Pode haver inclusive o interesse de usar a energia mais barata para a transformação de parte do minério hoje exportado a US\$ 17 a tonelada em HBI, um produto processado, cotado ao preço de US\$ 170 a tonelada — diz essa fonte.

Além disso, a informação dentro do governo é que serão abertas negociações com

a Bolívia por um gás mais barato, e com a Argentina para construir uma ligação entre a sua reserva de Vaca Muerta, de shal e gás, com a nossa rede de distribuição de gás.

Para tudo dar certo é preciso que haja mais concorrência na distribuição de gás. Isso pode significar vender empresas estaduais. Alguns governadores estão sendo contatados, como os do Rio, São Paulo e Espírito Santo, segundo informação do governo federal. As conversas com o governador do Rio estariam mais adiantadas.

Há quatro meses tem havido conversas dentro do governo na preparação desse plano. Muita coisa tem que dar certo para que haja uma redução do custo do gás. Se acontecer, aumenta a competitividade da economia brasileira. O setor

de energia é de uma complexidade enorme. A última tentativa de reduzir o custo da energia no Brasil foi feita no governo Dilma, de maneira intervencionista, pela MP 579, que espalhou uma crise por todos os segmentos do setor. O custo foi altíssimo e pago pelo consumidor.

Pelo que se conta no governo, desta vez será respeitando as leis de mercado. Se der certo, contudo, não será uma solução mágica, mas será bem-vinda a redução do custo do gás natural, que sempre foi visto como combustível de transição para uma energia de baixa emissão.

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/06/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Bolsa brasileira renova recorde, a 102 mil pontos

A Bolsa de Valores brasileira registrou ontem um novo recorde, apesar das tensões geopolíticas no exterior. O Ibovespa fechou em alta de 1,70%, aos 102.012 pontos, novo patamar histórico. Já o dólar comercial recuou 0,67%, a R\$ 3,825.

Pedro Galdi, analista da corretora Mirae Asset, lembra que a Bolsa operou com ganhos desde o início dos negócios, ainda refletindo as expectativas sobre uma possível queda dos juros. Pesou também o otimismo com o avanço da reforma da Previdência.

Na quarta-feira à noite, o Banco Central manteve os juros em 6,5% ao ano, mas os analistas entenderam que a autoridade monetária sinalizou um corte a curto prazo. O BC dos Estados Unidos também deve reduzir juros.

A alta do petróleo, devido às tensões entre EUA e Irã, beneficiou as ações da Petrobras. As preferenciais (PN, sem direito a voto) subiram 2,76%, e as ordinárias (ON, com voto) avançaram 3,57%. O barril do petróleo tipo Brent teve alta de 1,16%, a US\$ 65,20.

As ações PN do Itaú Unibanco e do Bradesco subiram, respectivamente, 1,75% e 1,93%. Já o Banco do Brasil avançou 1,14%.

(Ana Paula Ribeiro)

MME / ASCOM .